

TRANSCENDER O CAMPO AGRONÔMICO NA BUSCA DE SUSTENTABILIDADE DE COMUNIDADES INDÍGENAS MBYÁ GUARAN, BRASIL.

Agda Regina Yatsuda Ikuta

PALAVRAS-CHAVE: Mbyá Guarani, etnosustentabilidade, agricultura tradicional.

INTRODUÇÃO

A ciência na área agronômica não deverá se fundamentar exclusivamente no aspecto técnico, mas também no histórico, cultural, ambiental, econômico e social. Para o entendimento da abordagem agrícola de uma comunidade Mbyá Guarani é necessário buscar subsídios na História, Antropologia, Biologia, Ecologia e transcender o plano agronômico que geralmente visa a produção agrícola, produtivista ou de subsistência. Os fatos e objetos do mundo real dos Mbyá Guarani nem sempre pertencem ao mundo físico, químico ou biológico, campo das ciências naturais, mas “podem ser a mente, o inconsciente, os conflitos humanos etc, abordados pelas ciências humanas porque analisam, estudam, pesquisam fenômenos relativos ao homem, a partir do ponto de vista de sua condição humana”. As ciências naturais e humanas têm campos diferentes de estudo, porém, existem zonas de superposição. Um mesmo fato pode ser estudado por várias teorias ou até por teorias de ciências diferentes. Quando um mesmo fato precisa ser estudado por teorias de ciências diferentes, se justifica a idealização de projetos científicos interdisciplinares (Lungarzo, 1994). Sendo assim, os projetos que visam a etnosustentabilidade Mbyá Guarani deveriam contemplar esses diversos campos do saber para que possa vislumbrar uma perspectiva mais digna para essas comunidades.

**ULBRA e SAA. Av. Getúlio Vargas, 1384 Bairro Menino Deus CEP
91150-001, Porto Alegre/RS; e-mail: aikuta@saa.rs.gov.br.**

DESENVOLVIMENTO

A partir da constante desespacialização dos Mbyá Guarani, uma das alternativas encontradas foi recorrer a áreas oficialmente demarcadas a outros povos em 1911, 1918, 1921 (Meliá, 1984). Embora os Mbyá tenham tentado criar espaços próprios e preservar sua autonomia dentro das áreas Kaingang, observou-se a sua subordinação a este povo (Garlet & Assis, 1998). Muitos criaram pequenas aldeias no oeste brasileiro; outros seguiram em direção ao centro do país e litoral atlântico, movimentos intensificados com o avanço das colonizações brasileira e paraguaia sobre a mata contígua do Rio Paraná. Do Paraguai, passaram para a Argentina e de lá, na busca da costa atlântica, para o Brasil. Hoje, encontram-se em pequenas comunidades desde o Rio Grande do Sul até o Pará (Chamorro, 1999).

Segundo Garlet & Assis (1998) o problema fundiário enfrentado pelos Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul arrasta-se por décadas, resultando consequências preocupantes - graves problemas de saúde, desmantelamento do sistema econômico, perda de conhecimentos tradicionais, entre outros. As tentativas de resolução da questão fundiária esbarraram numa série de entraves. O governo do estado do Rio Grande do Sul (1999-2002) procurou encarar estes problemas e encontrar uma solução que garantissem, terras consideradas, pela própria etnia, como adequadas às suas premissas culturais, destinando três áreas (Coxilha da Cruz, Água Grande e Inhacapetum) através do processo de desapropriação. Sob o argumento de se tratarem de áreas com potenciais ambientais para a manutenção física e cultural do grupo, o estado encontrou uma solução relativamente rápida e eficaz, que atende a algumas das solicitações das lideranças nativas. Pode-se entender que este procedimento constitui-se em uma estratégia que não caiu nas armadilhas burocratas e legalistas que, por tanto tempo, vêm impedindo o acesso dos Mbyá ao seu direito fundiário (Assis, 2001).

Essas áreas já foram disponibilizadas aos Mbyá, apresentando diferentes graus de antropização; o longo processo de “beira de estrada”, portanto, têm sido

desafiados a formas de (re)-ocupação desses espaços, inclusive recuperando áreas degradadas, já que a relação os Mbyá é intrinsecamente ligada à mata.

Estima-se que a população dos Mbyá Guarani no Rio Grande do Sul seja de cerca de 1000 pessoas, cujas famílias têm sido contempladas com recursos do Programa RS RURAL para projetos que visam o desenvolvimento rural sustentável. Para os técnicos que realizam assistência técnica nessas áreas, a grande dificuldade se encontra em compreender esse grupo étnico tão diferenciado, entender a relação do próprio Guarani com a natureza e traduzi-lo em práticas que sejam financiáveis dentro da formatação prevista e que sejam efetivas. É necessário apreender as diferentes áreas do saber, em especial, o conhecimento tradicional do próprio Mbyá Guarani e sua relação com o ambiente. Um aspecto essencial a ser considerado é a concepção singular de agricultura para os Mbyá, pois não está relacionado simplesmente com a subsistência alimentar, é entremeada com esferas religiosas, sociais e políticas, às quais deverão ser compreendidas para que os projetos possam ter algum sentido para a comunidade beneficiária.

CONCLUSÕES

Há necessidade de se tentar compreender o processo de ocupação histórico, social, cultural, e apreender as diferentes formas do saber, em especial do próprio Guarani, para que os projetos atualmente elaborados para as áreas indígenas Guarani no Estado do Rio Grande do Sul, cada vez mais antropizadas, possam ter alguma possibilidade real que visam a etnosustentabilidade. Uma vez que o conhecimento tradicional dos **Mbyá** está diretamente vinculado à própria conservação da natureza, desde que esses espaços sejam adequados, podendo dessa forma viabilizar a manutenção de seus hábitos, costumes e modo de ser.

Dessa forma, urgem processos que envolvam parcerias efetivas, entre os próprios Mbyá e os técnicos buscando estratégias efetivas, em que os Mbyá sejam compreendidos e agentes de um possível processo de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, V. S. Guarani: terras com menos burocracia. **Revista Brasil Indígena**, Brasília, n 4, p. 1-5, jun/jul, 2001.
- CHAMORRO, G. Os Guarani: sua trajetória e seu modo de ser. **Cadernos do COMIN**, São Leopoldo, n. 8, p.1-30, agosto de 1999.
- GARLET, I. J.; ASSIS, V. S. de. Diagnóstico da População Mbyá-Guarani no Sul do Brasil. **Cadernos do COMIN**, São Leopoldo, n.7, p. 1-84, dez., 1998.
- LUNGARZO, C. **O que é ciência?** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 86p.
- MELIÁ, B. **O índio no Rio Grande do Sul**: quem foi, quem é, o que espera. Frederico Westphalen: [s.edit.], 1984. 31p.